


REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS: ATUALIZAÇÃO POPULACIONAL COM BASE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

CAMPOS BASIN REGION: POPULATION UPDATE BASED ON THE 2022 DEMOGRAPHIC CENSUS

William Souza Passos

 <https://orcid.org/0000-0003-4648-121X>

Correspondência: geografowilliampassos@gmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.96977

Recebido em: 21 fev. 2026 | **Aceito em:** 23 abr. 2026

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de dar sequência a um importante trabalho anterior (Passos, 2023), atualizando a população da Região da Bacia de Campos com base no Censo Demográfico 2022 do IBGE. Mediante a aplicação de uma proposta original de indicador de metropolização, que combina a noção de integração dos Arranjos Populacionais, do estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (IBGE, 2016), com os critérios de centralidade urbana do REGIC 2018 (IBGE, 2020), comprovamos a hipótese da metropolização dos municípios do litoral Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, em consequência das transformações territoriais da exploração e produção do petróleo e do gás natural da Bacia de Campos, iniciada em 1977. Tais transformações também foram potencializadas pela “explosão” do pagamento de royalties e participações especiais, sobretudo, aos municípios, a partir de 1999. Anterior à divulgação dos primeiros resultados do Censo 2022 e ainda com base no Censo 2010, no trabalho referenciado (Passos, 2023), apuramos um total de 1.228.418 habitantes nos 12 municípios da Região da Bacia de Campos (de Arraial do Cabo a São João da Barra) e de 1.363.277 pessoas com primeira residência nos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida (com a inclusão de Araruama e Iguaba Grande). Assim, dando sequência à contribuição supracitada e já com base no Censo 2022, este artigo atualizará a população residente dos 12 municípios da Região da Bacia de Campos e dos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida.

Palavras-chave: região da Bacia de Campos; estado do Rio de Janeiro; metropolização; população; Censo Demográfico 2022.

ABSTRACT

This article aims to follow up on an important previous study (Passos, 2023), updating the population of the Campos Basin Region based on the IBGE's 2022 Demographic Census. By applying an original proposal for a metropolization indicator, which combines the notion of integration of Population Arrangements from the study “Population Arrangements and Urban Concentrations in Brazil” (IBGE, 2016) with the urban centrality criteria of REGIC 2018 (IBGE, 2020), we confirmed the hypothesis of



the metropolization of the municipalities of the northern coast of Rio de Janeiro and the coastal lowlands as a result of the territorial transformations caused by the exploration and production of oil and natural gas in the Campos Basin, which began in 1977. These transformations were also enhanced by the “explosion” in the payment of royalties and special participations, especially to municipalities, starting in 1999. Prior to the release of the first results of the 2022 Census and still based on the 2010 Census, in the referenced work (Passos, 2023), we found a total of 1,228,418 inhabitants in the 12 municipalities of the Campos Basin Region (from Arraial do Cabo to São João da Barra) and 1,363,277 people with their primary residence in the 14 municipalities of the Expanded Campos Basin Region (including Araruama and Iguaba Grande). Thus, following on from the aforementioned contribution and based on the 2022 Census, this article will update the resident population of the 12 municipalities in the Campos Basin Region and the 14 municipalities in the Expanded Campos Basin Region.

Keywords: Campos Basin Region; State of Rio de Janeiro; metropolization; population; 2022 Demographic Census.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das transformações regionais, demográficas, econômicas e sociais em curso passa, necessariamente, pelo acompanhamento das fontes de dados sobre as Concentrações Urbanas (CUs), uma nova categoria geográfica introduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (IBGE, 2016).

São consideradas CUs, para o IBGE, aglomerados com 100 mil ou mais habitantes, geralmente formados por dois ou mais municípios integrados por continuidade da mancha urbana ou fluxos pendulares para trabalho ou estudo (IBGE, 2016). No total, o Censo Demográfico 2022 identificou 185 CUs, que se distribuem entre médias (entre 100 mil e 750 mil habitantes) e grandes concentrações (população residente superando 750 mil pessoas).

No Brasil, em que pese o “apagão estatístico”, que assume, entre outras manifestações, a interrupção, adiamento e redução de pesquisas sociodemográficas, o Censo 2022, ainda com divulgação incompleta, oferece importantes informações para subsidiar o entendimento da questão urbana e o enfrentamento de seus principais desafios, a exemplo do possível processo de metropolização em curso em regiões do interior brasileiro, que levantamos anteriormente (Passos, 2023).

Desde o final de 2022, o IBGE tem divulgado dados censitários sobre população (estrutura etária e de sexo, composição étnico-racial, alfabetização e óbitos) e domicílios (características, condições da moradia, situação urbana ou rural, composição familiar e

favelas), que nos permitem, por um lado, compreender as tendências urbanas e demográficas no país e, por outro lado, (re)formular hipóteses e interpretações o futuro das cidades brasileiras.

Historicamente, tanto no Brasil quanto internacionalmente, os Censos Demográficos têm sido a principal fonte de dados dos estudos sobre a urbanização. Parte desse fenômeno repousa no fato de que, com o passar do tempo, os resultados dos recenseamentos foram se constituindo no parâmetro mais relevante de aferição: (i) das transformações na estrutura regional e urbana; (ii) das etapas da concentração e desconcentração produtiva; (iii) dos vetores da redistribuição espacial da população; (iv) da mensuração da especialização e integração de municípios metropolitanos; (v) do dimensionamento do crescimento de municípios não metropolitanos; e (vi) da identificação de novas escalas urbanas, com destaque para a metropolização, a suburbanização, a periurbanização e a formação de cidades regionais.

Mais recentemente, os dados censitários, no Brasil e no mundo, têm revelado importantes aspectos dos processos de favelização, gentrificação, verticalização urbana, migração de retorno, reconversão econômica e financeirização do espaço urbano, abrindo novas frentes teóricas e metodológicas para o estudo da questão urbana.

No caso particular do Censo Demográfico 2022 brasileiro, os resultados divulgados até o momento apontam para a necessidade de aprofundamento da investigação das transformações urbanas mais recentes, a fim de se compreender com maior precisão e acurácia importantes questões como a desaceleração do crescimento populacional, particularmente nas metrópoles, e o incremento populacional das médias e pequenas cidades, especialmente aquelas inseridas nas cadeias globais de valor do agronegócio e da mineração (IBGE, 2025).

Outras duas questões reveladas pelo Censo Demográfico 2022 e que merecem especial atenção dos técnicos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas preocupados com as novidades da dinâmica urbana contemporânea são a intensificação das desigualdades socioespaciais nas grandes cidades e as novas hierarquias urbanas, com novas centralidades regionais, emersas num cenário de urbanização imersa num mundo globalizado (IBGE, 2025).

Nesse sentido, os resultados do Censo 2022 ajudam a elucidar algumas inquietações dos interessados nas novidades da ordem urbana contemporânea brasileira: que CUs emergem das transformações entre o Censo 2010 e o Censo 2022? Que políticas públicas urbanas o Censo 2022 ajuda a produzir e avaliar? Em que medida os novos dados

cenitários projetam os novos desafios a serem enfrentados nas médias e grandes CUs? E que desafios exatamente são esses?

Com enorme relevância para o setor público e para a iniciativa privada, a hipótese da metropolização da Região da Bacia de Campos, formada pelos municípios do litoral Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, em consequência das transformações territoriais da exploração e produção do petróleo e do gás natural da Bacia de Campos, a partir de 1977, e da “explosão” do pagamento de petrorrendas (royalties e participações especiais), sobretudo, aos municípios, a partir de 1999, em função da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), merece ser revisitada e atualizada.

Anteriormente à divulgação dos primeiros resultados do Censo 2022 e ainda com base no Censo 2010, apuramos um total de 1.228.418 habitantes nos 12 municípios da Região da Bacia de Campos (de Arraial do Cabo a São João da Barra) e de 1.363.277 pessoas com primeira residência nos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida (com a inclusão de Araruama e Iguaba Grande).

Assim, dando sequência à contribuição original de um importante trabalho anterior (Passos, 2023) e já com base no Censo 2022, este artigo atualizará a população residente dos 12 municípios da Região da Bacia de Campos e dos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida.

Para tanto, consultaremos o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que permite a consulta aos dados armazenados no Banco de Tabelas Estatísticas. Este, por sua vez, tem o objetivo de armazenar tabelas contendo os dados agregados (dados que não identificam o informante) das pesquisas que o IBGE realiza (IBGE, 2025).

No caso selecionado por este artigo, consultamos a Tabela 4709, que informa a população residente, sua variação absoluta na comparação com o Censo 2010 e sua taxa de crescimento geométrico, um importante indicador demográfico da evolução média anual da população residente em cada município (IBGE, 2025). Com base nos resultados consultados, construímos a Tabela 01, a ser apresentada na sequência deste artigo, com o acréscimo da população absoluta residente extraída do Censo 2010, para efeito de comparação.

2 PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS

A consulta ao estado da arte da literatura acadêmica recorda que Souza e Terra

(2017) levantaram a hipótese de um incipiente processo de metropolização integrando o que denominaram como “aglomerados urbanos do Litoral Norte”, isto é, as CUs de Cabo Frio/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Macaé-Rio das Ostras/RJ. Com base nessa hipótese, as autoras sugeriram a possibilidade de constituição futura de uma nova região metropolitana integrando as três CUs.

Tal interpretação foi compartilhada por Pessanha (2017), que denominou a nova região metropolitana como “Região Metropolitana do Petróleo e dos Royalties”. Apoiado na ideia de nebulosas urbanas (Lencioni, 2017), o autor lembrou que a metropolização, quando vista como pós-urbanização, prescinde da conurbação e convive com vazios que não impedem a integração entre os movimentos de dispersão e concentração com coesão regional (Pessanha, 2017).

Por sua vez, anteriormente também destacamos que o processo de metropolização em curso, que integra as três CUs e acompanha a produção *offshore* da Bacia de Campos, potencializada pelo petrorrentismo, assume características de região metropolitana de interior (Passos, Souza; Terra, 2018). Contudo, esta região metropolitana assumiria a singularidade do caráter incipiente (sem metrópole), polinucleado (divisão da centralidade entre os municípios que nomeiam as CUs de Macaé-Rio das Ostras/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Cabo Frio/RJ) e, dado o volume de 13.058 pendulares para trabalho e estudo, em 2010, entre a CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ e a CU do Rio de Janeiro/RJ (IBGE, 2016), também hierarquizado em relação à metrópole de influência mais imediata, no caso, a capital fluminense (Rio de Janeiro/RJ).

Ainda no contexto da discussão entre petróleo, royalties e Região da Bacia de Campos, cabe rememorar que em outros dois trabalhos anteriores (Passos, 2019a; Passos, 2019b), defendemos que as ligações da CU Macaé-Rio das Ostras/RJ com as CUs Campos dos Goytacazes/RJ e Cabo Frio/RJ configuram uma metropolização incipiente, regionalizada e polinucleada, com centralidades regionais distribuindo-se entre a aglomeração conurbada Macaé-Rio das Ostras, que sedia as atividades do complexo de exploração e produção do petróleo e do gás natural (E&P) da Bacia de Campos, e as duas principais concentrações urbanas que limitam-se territorialmente à zona de produção principal da bacia petrolífera, localizada na plataforma continental: Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, e Cabo Frio, nas Baixadas Litorâneas.

As ligações entre os três núcleos regionais, com fortes movimentos pendulares por motivo de trabalho e estudo, somadas à complementação funcional, teriam

constituído *um núcleo metropolizado original e fragmentado*, na interpretação dos dois trabalhos, que assumiria a forma de pós-urbanização.

Em todos os casos, os diferentes trabalhos (Souza, Terra, 2017; Pessanha, 2017; Lencioni, 2017; Passos, Souza; Terra, 2018; Passos, 2019a; Passos, 2019b) convergem no sentido de identificar a presença de um processo de metropolização no interior fluminense associado ao conjunto das transformações territoriais, socioeconômicas, urbanas e demográficas provocadas pelas mais de quatro décadas da economia neoextrativista do petróleo e do gás natural, potencializadas pelas mais de duas décadas do petrorrentismo da produção da plataforma continental da Bacia de Campos.

Importante reafirmar que, por *metropolização do interior*, entendemos a metropolização incidente sobre *espaços parametropolitanos*, na medida em que, por definição, consideramos *interior como o oposto de metrópole ou de litoral*. Assim, a *metropolização do interior* está associada ao *espraçamento da metropolização*, que transforma os espaços parametropolitanos em *espaços metropolizados*, ainda que situados fora de uma metrópole.

Com isso, o que cartografamos e denominamos como *Região da Bacia de Campos* parte do agrupamento das CUs como unidade básica, tomando como referência a integração das CUs de Araruama/RJ, Cabo Frio/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Macaé-Rio das Ostras/RJ, além do município de Quissamã.

A este respeito, cabe destacar que a nomenclatura Concentração Urbana, utilizada como referência neste artigo, foi assumida de forma padronizada pelo Censo Demográfico 2022, em substituição a terminologia Arranjo Populacional, introduzida pelo estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (IBGE, 2016). Naquele estudo, eram consideradas Concentrações Urbanas os Arranjos Populacionais com 100 mil ou mais habitantes.

Na sequência, no estudo “Região de Influência das Cidades”, o REGIC 2018 (IBGE, 2020), o IBGE padronizou a nomenclatura das aglomerações urbanas a partir de 100 mil residentes, transformando todas em Concentrações Urbanas. Finalmente, na divulgação do Censo Demográfico 2022 disponibilizada no SIDRA (IBGE, 2025), o Instituto eliminou a categorização Arranjo Populacional, consolidando, dessa forma, a transformação já introduzida anteriormente por meio do REGIC 2018 (IBGE, 2020).

Exatamente por este motivo e acompanhando as atualizações do IBGE em termos de nomenclatura, cabe esclarecer que o presente artigo denomina como Concentração Urbana as unidades tratadas como Arranjo Populacional no trabalho de Passos (2023).

Este detalhe explica a decisão por conservar a nomenclatura Arranjo Populacional nas Concentrações Urbanas da Região da Bacia de Campos, apresentadas no Mapa 01, a seguir.

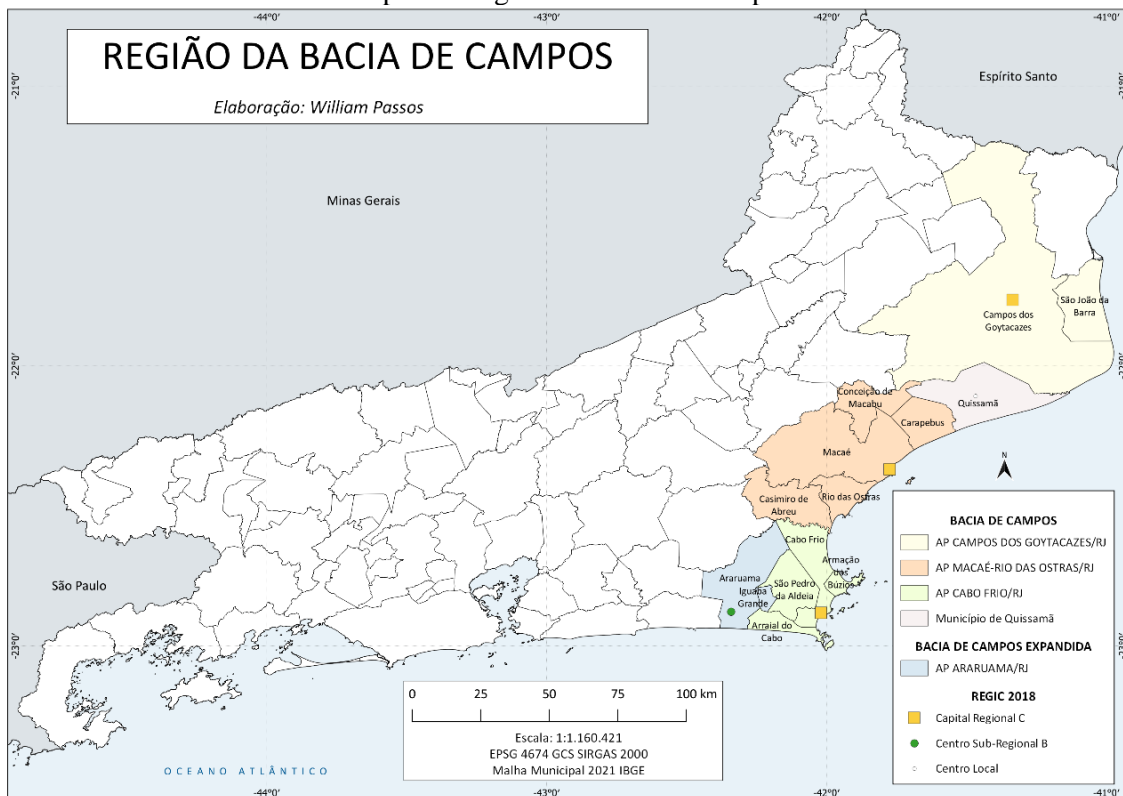
Ainda no que diz respeito à territorialização da Região da Bacia de Campos, convém destacar que a inclusão do município de Quissamã, além da subordinação à influência espacial da CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ, está associada à sua participação na Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Natural e Limitrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (OMPETRO).

Embora com potencial para a adoção de uma agenda de planejamento regional, a ação dessa entidade, resultante da articulação conjunta de prefeitos, conforme comprovado pelo trabalho de Sarmiento (2012), se resume à fiscalização dos repasses das receitas petrolíferas e ao *lobby* pela sua manutenção.

Já a inclusão da CU de Araruama/RJ foi motivada pela formação do Arranjo Populacional Turístico e de Veraneio no Litoral (APTVL) Araruama/RJ – Cabo Frio/RJ, entre os meses de dezembro e março do ano seguinte. Nesse caso, a justificativa é a compreensão de que a integração sazonal entre as CUs, ainda tratadas como Arranjos Populacionais, de Araruama/RJ e Cabo Frio/RJ, por motivo de veraneio, produz uma expansão territorial da metropolização do interior fluminense que permite a identificação da *Região da Bacia de Campos Expandida*.

Dessa forma, conforme representado no Mapa 1, na sequência, que acompanha a nomenclatura Arranjo Populacional (AP) do trabalho de Passos (2023), que cartografou a Região da Bacia de Campos, pertencem ao AP ou CU de Campos dos Goytacazes/RJ os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Pertencem ao AP ou CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ os municípios de Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé e Rio das Ostras. Pertencem ao AP ou CU de Cabo Frio/RJ os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, enquanto pertencem ao AP ou CU de Araruama/RJ os municípios de Araruama e Iguaba Grande.

Mapa 1 – Região da Bacia de Campos



Fonte: Elaboração cartográfica do próprio autor. Escala 1:1.160.421.

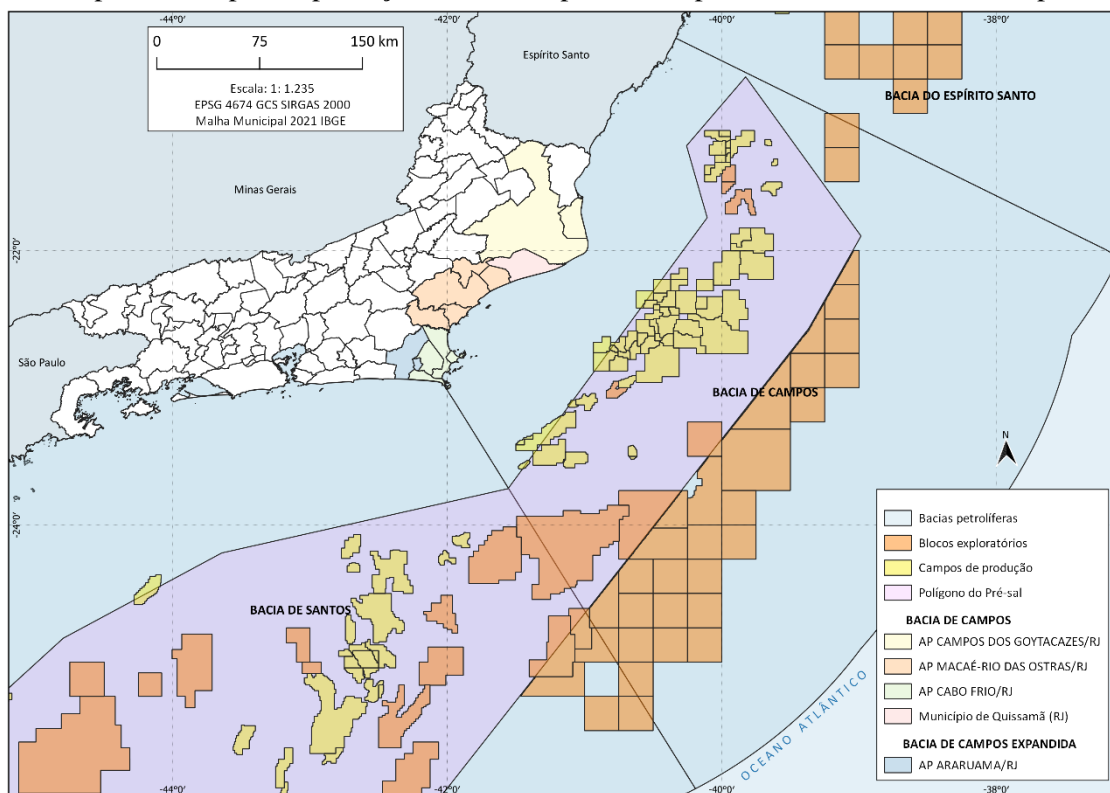
Como se pode observar pela comparação com o Mapa 2, a ser apresentado na sequência, todos os municípios litorâneos das quatro CUs ou APs confrontam-se com os campos de produção petrolífera e com os blocos exploratórios da Bacia de Campos, incluindo o polígono do pré-sal. Quissamã, que não integra nenhuma CU, também faz limite com os campos de produção e com os blocos exploratórios da Bacia de Campos. Araruama, porém, que não faz limite com nenhum campo de produção ou bloco exploratório, constitui a única exceção.

Por sua vez, o topônimo Bacia de Campos adequa-se à padronização do Código Brasileiro de Nomenclatura Estratigráfica (CBNE), sendo motivado pela presença de campos sedimentares formados pela acumulação geológica ao longo de milhões de anos.

Do ponto de vista geológico, a Bacia de Campos tem idade estimada em cerca de 100 milhões de anos e origem associada à separação dos continentes sul-americano e africano. Do ponto de vista geográfico, estende-se por mais de 100 mil km², limitando-se, a norte, com a Bacia do Espírito Santo, no Alto de Vitória, nas intermediações da capital capixaba, e a sul, com a Bacia de Santos, no Alto de Cabo Frio, no município de Arraial do Cabo.

Por se tratar de uma região integrada pelos impactos territoriais da E&P na plataforma continental e pelo petrorrentismo dessa bacia sedimentar, aplicamos o topônimo Região da Bacia de Campos para a unidade geográfica em discussão, representada no Mapa 2, a seguir. Como é possível observar, também em respeito ao trabalho de Passos (2023), a nomenclatura AP foi conservada.

Mapa 2 – Campos de produção e blocos exploratórios petrolíferos da Bacia de Campos



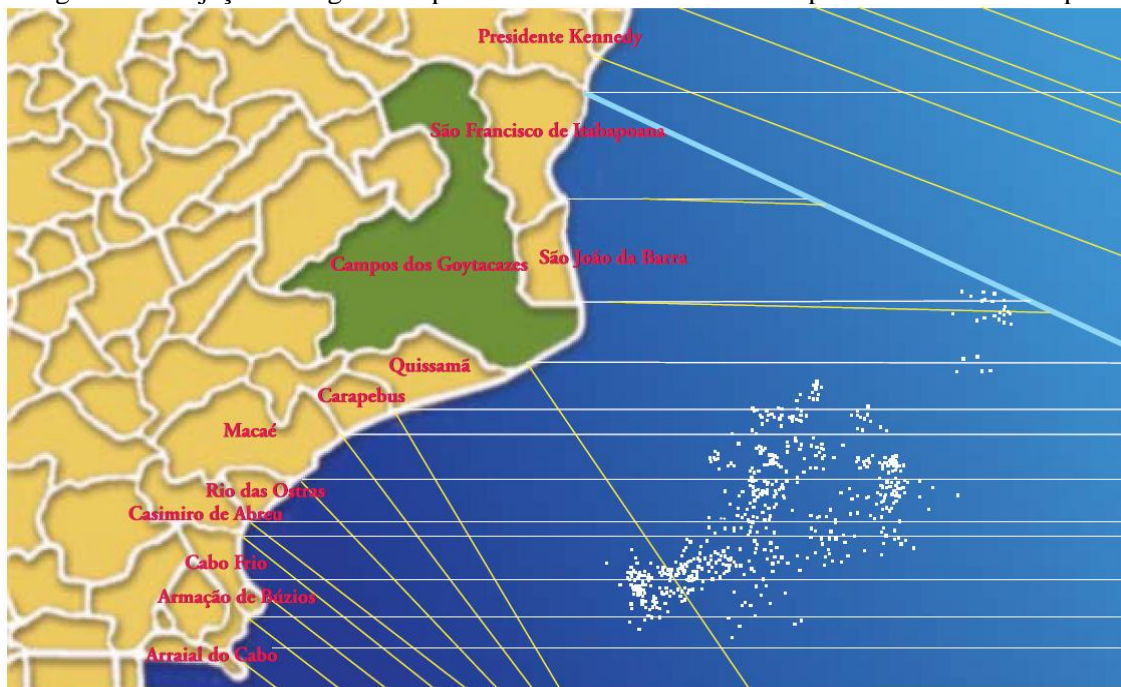
Fonte: Elaboração cartográfica do próprio autor. Escala 1:1.235.

No caso do petrorrentismo, a comparação do Mapa 2, apresentado anteriormente, com a Figura 1¹, que representa as projeções ortogonais e paralelas utilizadas como referência para o pagamento de royalties e participações especiais do petróleo aos municípios da Bacia de Campos, conforme a Lei do Petróleo, também permite concluir que os municípios litorâneos das CUs de Campos dos Goytacazes/RJ, Macaé-Rio das Ostras/RJ e Cabo Frio/RJ, acrescidos de Quissamã, estão entre os principais beneficiários das receitas petrolíferas extraordinárias pagas aos municípios confrontantes à produção

¹Utilizamos a nomenclatura Figura para se referir às representações que não adotam a integralidade das convenções cartográficas (especialmente escala, orientação, sistemas de referência e de coordenadas), conforme definido pela legislação cartográfica vigente.

na plataforma continental ou afetados por operações de embarque e desembarque do petróleo e do gás natural.

Figura 1 – Projeções ortogonais e paralelas dos limites dos municípios da Bacia de Campos



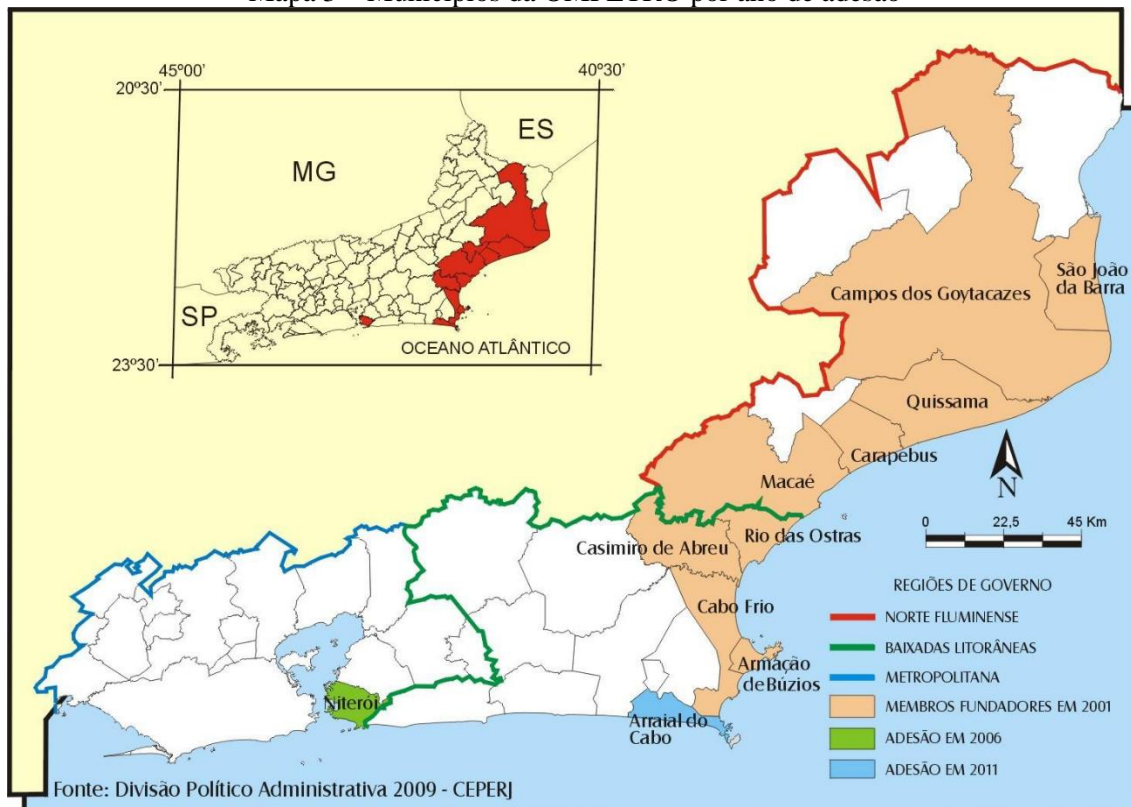
Fonte: Barbosa (2001, p. 66).

Como os maiores poços produtores do pós-sal ainda pertencem a Bacia de Campos, em função das projeções ortogonais e paralelas, somente entre 2010 e 2020, quando se deu o auge da produção absoluta da bacia sedimentar, cujo pico foi atingido em dezembro de 2010, quando a província respondeu por 85,5% da produção petrolífera nacional² (ANP, 2022a), os municípios litorâneos destas quatro CUs acumularam cerca de R\$ 25,398 bilhões em royalties e participações especiais do petróleo, em valores correntes (ANP, 2022b).

Já a comparação do Mapa 1, da página 7, com o Mapa 3, a seguir, que representa os municípios da OMPETRO por ano de adesão, demonstra que os municípios que integram a Organização, com exceção de Niterói, são exatamente aqueles das CUs de Campos dos Goytacazes/RJ, Macaé-Rio das Ostras/RJ e Cabo Frio/RJ, mais o município de Quissamã.

²Embora o auge da produção absoluta tenha sido registrado em dezembro de 2010, quando a Bacia de Campos atingiu a média diária de 1.864.178,48 bbl (barris de petróleo, com cada barril equivalendo a 158,9873 litros), o pico da produção relativa foi alcançado em agosto de 2009, quando a província foi responsável por 88,4% da extração e produção de todo o petróleo nacional (ANP, 2022a).

Mapa 3 – Municípios da OMPETRO por ano de adesão



Fonte: Sarmiento (2012, p. 23). Escala 1:2.250.000.

Em síntese, de norte a sul, trata-se dos seguintes municípios: São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo. Esses municípios, entre o início da vigência da Lei nº 9.478/1997 e o início da exploração da camada pré-sal, especialmente do Campo de Tupi³, a partir de 2010, localizado na Bacia de Santos, o maior do pré-sal, concentraram a quase totalidade do pagamento de royalties e participações especiais do petróleo aos municípios brasileiros, criando as condições, como examinamos, inclusive com o apoio de trabalhos anteriores, em especial Passos (2023), para a construção de uma nova Região no interior fluminense.

Como forma, conforme entendemos, essa nova Região resulta das ligações entre o município de Quissamã e as CUs de Campos dos Goytacazes/RJ, Macaé-Rio das Ostras/RJ e Cabo Frio/RJ. Sazonalmente, também inclui a CU de Araruama/RJ, por motivo de formação do APTVL Araruama/RJ – Cabo Frio/RJ, ampliando para 14 o total de municípios. Esses 14 municípios, portanto, configuram uma unidade territorial diferenciada no interior fluminense a que consideramos se tratar de *uma nova Região*.

³O Campo de Tupi teve o nome alterado para Campo de Lula, em setembro de 2020, por decisão judicial.

Como conteúdo, essa nova Região resulta das transformações provocadas pelas mais de quatro décadas da economia neoextrativista do petróleo e do gás natural, potencializadas pelas mais de duas décadas do petrorrentismo da produção da plataforma continental da Bacia de Campos.

Do ponto de vista espacial, o neoextrativismo do petróleo e do gás natural, potencializado pelas somas milionárias transferidas às prefeituras, na forma de petrorrendas (royalties e participações especiais), urbanizaram o litoral do interior fluminense e interiorizaram litoralizando a população fluminense. A nosso ver, foram duas as consequências desse processo: (i) o alinhamento à produção *offshore* do crescimento demográfico do interior do Estado do Rio de Janeiro (ERJ); e (ii) a intensificação da pendularidade por motivo de trabalho e estudo, que passou a assumir padrão metropolitano.

Entendemos por volume e padrão metropolitano da pendularidade valores iguais ou superiores a 10 mil pessoas se deslocando por motivo de trabalho e estudo entre dois ou mais municípios, não importando o sentido do deslocamento. O corte de 10 mil pessoas foi extraído do estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (IBGE, 2016) como parâmetro hipotético da necessidade de mobilidade por transporte público nas áreas metropolitanas brasileiras.

O total que apuramos, cujos cálculos encontram-se detalhados em Passos (2023), foi de, exatamente, 75.591 residentes se deslocando por motivo de trabalho e estudo no ano de 2010, a maioria diariamente, para outro município da Região da Bacia de Campos. Os números foram extraídos dos microdados do Censo Demográfico daquele ano de referência (IBGE, 2010). Ainda a este respeito, destacamos que, no caso da Região da Bacia de Campos Expandida, o valor subiu para 83.232 pendulares em 2010, número mais de 8 vezes superior ao corte de 10 mil pessoas estabelecido pelo IBGE (IBGE, 2016).

Assim, os resultados apresentados no trabalho citado, que também desenvolveu uma proposta original de indicador de metropolização, que combina a noção de integração dos APs, do estudo “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil” (IBGE, 2016), com os critérios de centralidade urbana do REGIC 2018 (IBGE, 2020), apontaram a presença de um processo de metropolização em curso no interior fluminense, associado ao conjunto das transformações territoriais, socioeconômicas, urbanas e demográficas provocadas pelas mais de quatro décadas da economia neoextrativista do petróleo e do gás natural, potencializadas pelas mais de duas décadas do petrorrentismo da produção da plataforma continental da Bacia de Campos (Passos, 2023).

Em termos de categorização, a proposta original de indicador de metropolização classificou a Região da Bacia de Campos como uma metropolização do interior fluminense de natureza incipiente, policêntrica e de média concentração urbana (Passos, 2023). Entretanto, dado o fato do trabalho supracitado ter utilizado os microdados do Censo Demográfico 2010, entendemos que se fará necessária a atualização dos resultados do indicador de metropolização com base nos microdados do Censo Demográfico 2022, ainda sem previsão de divulgação.

A atualização também será necessária para a reavaliação da hipótese da metropolização do interior fluminense, particularmente da área de abrangência da Região da Bacia de Campos, oficialmente formada pelos municípios do litoral Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

No caso do escopo deste artigo, a atualização demandada, que será apresentada na Tabela 1, na sequência, considera não apenas a população residente, mas também a variação absoluta dessa população entre os Censos 2010 e 2022 e a taxa de crescimento geométrico, que mede o incremento anual da população, considerando tanto o crescimento natural ou vegetativo (medido pela diferença entre nascidos vivos e óbitos) quanto a contribuição líquida da imigração.

3 REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

Antes de se proceder a análise efetiva dos resultados apresentados na Tabela 1, consideramos pertinente apontar para o contexto urbano e demográfico onde se observou o incremento populacional registrado pelo Censo Demográfico 2022, que combina uma conjuntura, fundamentalmente, de desaceleração demográfica, expansão da malha urbana em ritmo superior ao do crescimento populacional, redução do número médio de moradores por domicílio e ampliação do total de moradias unipessoais, isto é, aquelas onde residem apenas um único morador.

Vanguarda da transição demográfica no país e um dos primeiros estados a registrar significativas transformações na estrutura etária, decorrentes do processo de aprofundamento do envelhecimento populacional, o ERJ apresentou acréscimo de somente 0,4% na população residente entre os Censos 2010 e 2022, com os domicílios ocupados, por outro lado, expandindo-se em 17%. Tavares, Souza e Souza (2023) interpretam estes resultados como a indicação de mudanças na composição domiciliar

fluminense, acompanhadas, entretanto, da ampliação da demanda por moradia, o que apontaria para a desvinculação entre o aumento populacional e a expansão da malha urbana. Na sequência, apresentam-se os resultados da enunciada Tabela 1.

Tabela 1 – População residente, variação absoluta da população residente e taxa de crescimento geométrico nos municípios da Região da Bacia de Campos

Município	População 2010	População 2022	Δ população residente	Crescimento geométrico
Campos dos Goytacazes	463.731	483.540	19.474	0,34%
São João da Barra	32.747	36.573	4.161	1,01%
Campos dos Goytacazes/RJ	496.478	520.113	23.635	0,39%
Quissamã	20.242	22.393	2.140	0,84%
Carapebus	13.359	13.847	517	0,32%
Casimiro de Abreu	35.347	46.110	10.763	2,24%
Conceição de Macabu	21.211	21.104	-96	-0,04%
Macaé	206.728	246.391	39.638	1,47%
Rio das Ostras	105.676	156.491	50.811	3,33%
Macaé-Rio das Ostras/RJ	382.321	483.943	101.633	1,98%
Armação dos Búzios	27.560	40.006	12.446	3,15%
Arraial do Cabo	27.715	30.986	3.490	1,00%
Cabo Frio	186.227	222.161	35.897	1,48%
São Pedro da Aldeia	87.875	104.029	16.209	1,42%
Cabo Frio/RJ	329.377	397.182	68.042	1,58%
Região da Bacia de Campos	1.228.418	1.423.631	195.450	1,38%
Araruama	112.008	129.671	17.443	1,21%
Iguaba Grande	22.851	27.920	5.072	1,68%
Araruama/RJ	134.859	157.591	22.515	1,29%
Região da Bacia de Campos Expandida	1.363.277	1.581.222	217.965	1,42%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2010 e 2022. Elaboração do próprio autor deste artigo (2026).

Assim, é importante considerar que a reavaliação da hipótese da metropolização do interior fluminense, com particular destaque para a Região da Bacia de Campos, precisa estar contextualizada na inédita conjuntura da redução populacional das grandes CUs, em especial as capitais dos estados brasileiros, que exibiram uma redução populacional significativa, acima dos 5%, entre o intervalo intercensitário de 12 anos. Neste conjunto geográfico, as maiores reduções foram observadas em Salvador, Natal, Belém e Porto Alegre, com recuo populacional acima de 5% no período avaliado. Contudo, vale destacar que, embora com percentuais menores, o número de moradores em Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro também encolheu entre 2010 e 2022 (IBGE, 2025).

No caso particular do ERJ, porém, que, recordamos, cresceu apenas 0,4% entre 2010 e 2022, em números absolutos, ao ritmo de 0,03% de incremento anual, vale anotar que Maricá (com 3,71% de crescimento geométrico anual), Rio das Ostras (com 3,33% de incremento/ano), Armação dos Búzios (com 3,15% de evolução anual) e Casimiro de

Abreu (com 2,24% de crescimento/ano) foram os municípios que apresentaram o maior incremento demográfico no último intervalo intercensitário. Macaé, por sua vez, principal sede do complexo de E&P da Bacia de Campos, com incremento anual de 1,47%, também apresentou crescimento acima da média nacional, situada em 0,52%. Convém rememorar que, à exceção de Maricá, integrado à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, todos os municípios citados estão territorializados na Região da Bacia de Campos.

Nesta perspectiva, avaliamos a pertinência de quatro apontamentos: (i) Rio das Ostras havia sido, no intervalo intercensitário 2000-2010, o município com o maior ritmo de crescimento populacional do país (11,59% ao ano); (ii) do ponto de vista demográfico, entre 2010-2022, todos os municípios da Região da Bacia de Campos apresentaram redução do crescimento anual, na comparação com o intervalo entre 2000-2010; (iii) de todos os municípios da Região da Bacia de Campos, apenas Campos dos Goytacazes (0,34% ao ano), Carapebus (0,32% ao ano) e Conceição de Macabu (-0,04% ao ano) apresentam incremento demográfico anual abaixo da média nacional (0,52% ao ano); e (iv) a desaceleração populacional observada nos municípios da Região da Bacia de Campos acompanha a transição demográfica estadual e nacional, fator que merece ser ponderado em qualquer avaliação sobre eventual hipótese de metropolização.

Acerca da transição demográfica, anotamos que esta, fundamentalmente, se refere a: (i) alterações na estrutura etária, com redução (absoluta e/ou relativa) do total de crianças e de jovens e ampliação do total de idosos; (ii) redução do nível e mudanças na estrutura da fecundidade e da mortalidade, com consequente ampliação da longevidade; e (iii) variação proporcional na população em idade ativa, com impactos sobre a disponibilidade da força de trabalho e repercussões atuariais nos sistemas públicos e privados de saúde e assistência social.

Dessa forma, a partir do conjunto de elementos levantados, entendemos que a atualização demográfica apresentada na Tabela 1 merece três importantes considerações: (i) três dos quatro municípios que lideraram o incremento demográfico no ERJ no período considerado (2010-2022) pertencem à Região da Bacia de Campos, conforme a cartografia formulada por um importante trabalho anterior (Passos, 2023); (ii) anota-se que Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu cresceram, respectivamente, a taxas de 3,33%, 3,15% e 2,24% ao ano, num período em que o ERJ registrou apenas 0,03% de incremento anual; (iii) o ritmo de crescimento tanto da Região da Bacia de Campos (1,38%) quanto da Região da Bacia de Campos Expandida (1,42%)

situou-se não apenas acima da média estadual, mas também nacional, haja vista que o Brasil registrou somente 0,52% de incremento anual no período avaliado.

Assim, apesar da desaceleração demográfica nacional e, especialmente, estadual, cumpre ainda destacar que Macaé, principal sede do complexo de E&P da Bacia de Campos, cresceu a um ritmo anual de 1,47%, volume superior à média da Região da Bacia de Campos, da Região da Bacia de Campos Expandida, do próprio ERJ e do país, conforme anotado anteriormente.

Consideramos importante o dado macaense, mas também o de Rio das Ostras, na prática, uma continuação urbana de Macaé, porque o período 2010-2022 corresponde exatamente àquele no qual a Bacia de Campos, em volume e em participação no percentual da produção nacional, foi superada pela Bacia de Santos, o que se deu, efetivamente, em julho de 2017, fator que, como era de se esperar, provocaria desaceleração no ritmo de incremento demográfico e, conseqüentemente, de continuidade da consolidação do processo de metropolização da Região da Bacia de Campos.

Entretanto, apesar da perda de protagonismo no ranking da produção nacional de óleo e gás, cabe anotar que, para efeito de arrecadação de royalties e participações especiais, em valores correntes, as receitas extraordinárias municipais das prefeituras da Região da Bacia de Campos não declinaram, tendo, inclusive, ao contrário, registrado aumento nominal de arrecadação, sobretudo a partir do ano de 2022.

Conforme é possível observar pelos dados informados pela plataforma Inforoyalties (UCAM-Campos, 2025), extraídos diretamente da base da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o município de Macaé, que liderou a arrecadação no conjunto dos municípios da Região da Bacia de Campos, acumulou, sozinho, entre 2022 e 2024, somente em receitas extraordinárias do petróleo, a soma aproximada de R\$ 4,1 bilhões em valores correntes.

Consideramos estes valores relevantes e parte explicativa do incremento demográfico no litoral fluminense, em que pese não seja possível o estabelecimento de uma causalidade linear. Embora o ritmo de crescimento geométrico das populações municipais do ERJ não esteja diretamente associado ao volume de arrecadação das prefeituras, na medida em que os tesouros municipais com maior arrecadação não necessariamente correspondem aos municípios com maior incremento populacional, é possível observar, em casos específicos, a influência do orçamento na evolução demográfica.

A este respeito cabe apontar para o caso de Maricá, que com 3,71% de crescimento geométrico, liderou a evolução anual da população no ERJ. À guisa de comparação: Maricá, que percebe royalties e participações especiais do óleo e gás explorado na Bacia de Santos, fato que explica seu volume monumental de arrecadação, acumulou, sozinho, R\$ 7,6 bilhões de receitas extraordinárias em valores correntes, somente entre 2022 e 2024, anotando 3,71% de incremento demográfico anual entre 2010-2022. Por sua vez, Macaé, que percebe as receitas extraordinárias da produção da Bacia de Campos, acumulou, respectivamente, R\$ 4,1 bilhões em valores correntes e 1,47% de incremento geométrico anual. Consideramos estes dois exemplos como ilustrativos da capacidade de sensibilização demográfica dos orçamentos municipais, ainda que observados enquanto uma variável isolada.

Contudo, encerramos destacando que a Tabela 1, apresentada anteriormente, limitou-se à atualização da evolução populacional, não avançando sobre o principal fundamento da hipótese da metropolização da Região da Bacia de Campos, isto é, a pendularidade com volume e padrão metropolitano. Esta atualização, por sua vez, somente será possível após a divulgação dos microdados do Censo Demográfico 2022, ainda sem previsão.

A este respeito, consideramos importante recordar que a cartografia da Região da Bacia de Campos, formada pelos municípios do litoral Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, em consequência das transformações territoriais da E&P da Bacia de Campos, a partir de 1977, e da “explosão” do pagamento de petrorrendas, sobretudo, aos municípios, a partir de 1999, em função da Lei do Petróleo, merece ser revisitada e atualizada por trabalhos posteriores.

Também destacamos que a reavaliação da hipótese da metropolização da Região da Bacia de Campos é pertinente porque dá sequência à contribuição de diferentes trabalhos (Souza, Terra, 2017; Pessanha, 2017; Lencioni, 2017), inclusive do autor deste artigo (Passos, Souza; Terra, 2018; Passos, 2019a; Passos, 2019b), que convergem na identificação de um processo de metropolização no interior do ERJ, associado ao conjunto das transformações provocadas pelas mais de quatro décadas do neoextrativismo do óleo e gás, potencializadas pelas mais de duas décadas do petrorrentismo da E&P da Bacia de Campos.

Entretanto, consideramos Passos (2023) como o trabalho mais importante até aqui nessa direção, na medida em que seu principal produto foi a comprovação de que a Região da Bacia de Campos configura um caso de metropolização do interior, incipiente,

policêntrica e de média concentração urbana, integrando os municípios litorâneos desde Araruama, Iguaba Grande e Arraial do Cabo até São João da Barra.

4 CONCLUSÃO

Com base na discussão apresentada neste artigo, entendemos como pertinente a sugestão de uma agenda futura de pesquisa que contemple: (a) a atualização dos resultados do trabalho de Passos (2023) com base nos microdados do Censo Demográfico 2022; (b) o reescalonamento da hipótese da metropolização do interior fluminense para o conjunto do território do interior brasileiro; (c) o monitoramento da integração do município de São Francisco do Itabapoana e dos municípios do sul capixaba à Região da Bacia de Campos; e (d) a reavaliação da hipótese da Macrometrópole Fluminense em formação, integrando a Região da Bacia de Campos à Metrópole Carioca e à Megarregião Rio de Janeiro-São Paulo, também apresentada em Passos (2023).

E ainda: (e) a introdução de metodologias internacionais à discussão da metropolização brasileira e da configuração de territórios metropolizados no país, particularmente no interior do Brasil; (f) a rediscussão da regionalização do território fluminense, considerando os impactos do neoextrativismo e do petrorrentismo das Bacias de Campos e de Santos; e (g) o levantamento de experiências internacionais de governança de recursos naturais em Regiões economicamente baseadas no neoextrativismo, particularmente na América Latina e na África, como subsídio à proposta de um novo modelo de governança supramunicipal para o território metropolizado do interior fluminense. O objetivo seria a viabilização de uma maior efetividade às políticas públicas e ao planejamento regional das funções públicas de interesse comum (serviços que atendem a mais de um município, como, por exemplo, transporte intermunicipal, saneamento básico, resíduos sólidos, assistência social e gestão ambiental), sem desconsiderar o benefício do consorciamento intermunicipal, já previsto na Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos).

Também examinamos como pertinente: (h) o aprofundamento da investigação do papel do turismo e do fenômeno da segunda residência de veraneio nas Baixadas Litorâneas; (i) o dimensionamento do impacto da herança do latifúndio e da formação socioespacial canavieira para o atual quadro social e da urbanização da Região da Bacia de Campos, marcados pela elevada desigualdade e exclusão; e (j) a identificação, por

meio de avaliações longitudinais, dos subsetores econômicos responsáveis pela pendularidade para trabalho no conjunto da Região da Bacia de Campos, aferindo o impacto do trabalho embarcado no setor de *offshore*. A esse respeito, destacamos a importância da construção da matriz origem-destino desses trabalhadores, a fim de cartografar o raio de influência espacial da pendularidade das atividades de E&P.

Adicionalmente, consideramos essencial à agenda de pesquisa proposta: (k) o alinhamento da discussão sobre o petrorrentismo, na perspectiva de Serra, Terra e Pontes (2006), ao contexto do modelo brasileiro rentista-neoextrativista, sob a hegemonia do capital financeiro, no qual o país insere-se internacionalmente sob a condição dependente de mera plataforma emergente de valorização financeira e de exportação de *commodities* agrominerais; (l) o levantamento e aprofundamento da investigação da literatura internacional sobre os processos de metropolização, como forma de ampliar o debate teórico que provocamos; e (m) a avaliação sobre os impactos da crise do petróleo na dinâmica econômica, urbana, demográfica, espacial e orçamentária dos municípios da Região da Bacia de Campos e de sua porção territorial temporariamente expandida.

Sobre essa última proposta, em particular, acrescentamos que, no período 2015-2017, o preço do barril tipo Brent recuou ao intervalo de US\$ 28-70, impactando nas receitas extraordinárias dos municípios da Região da Bacia de Campos e forçando suas prefeituras à aplicação de um forte ajuste fiscal, com repercussões na dinâmica econômica e nas políticas sociais municipais introduzidas com financiamento das receitas petrolíferas. Em um eventual desdobramento dessa proposta, consideramos pertinente a inclusão desse cenário.

Para finalizar, no contexto da discussão provocada neste artigo, avaliamos que segue em aberto o futuro da Região da Bacia de Campos, aguardando os resultados definitivos e os microdados do Censo Demográfico 2022. Fruto das mais quatro décadas do neoextrativismo *offshore* do petróleo e do gás natural, e potencializada pelas mais de duas décadas do petrorrentismo, a Região da Bacia de Campos configura uma urbanização extensiva que integrou o litoral Norte Fluminense, através das Baixadas Litorâneas, à Metrópole Carioca Expandida, no que consideramos se tratar da Macrometrópole Fluminense em Formação. Com padrão metropolitano da pendularidade, isto é, mínimo de 10 mil pendulares por motivo de trabalho e estudo, e, adicionalmente, conurbação das manchas urbanizadas, esta, no nosso exame, constitui a extensão no território fluminense da Megarregião Rio de Janeiro-São Paulo.

Por todas estas considerações, finalizamos este artigo com a pretensão de explorar a agenda futura de pesquisa esboçada em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

- ANP. **Painéis Dinâmicos de Produção de Petróleo e Gás Natural**. Brasília: ANP, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/paineis-dinamicos-sobre-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/paineis-dinamicos-de-producao-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- ANP. **Royalties e outras participações**. Brasília: ANP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- BARBOSA, Décio H. **Guia dos royalties do petróleo e do gás natural**. Rio de Janeiro: ANP, 2001.
- IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=resultados>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- PASSOS, William Souza. **Bacia de Campos: uma região em metropolização no interior fluminense**. Orientador: Alberto de Oliveira. 2023. 129 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- PASSOS, William Souza. Metropolização de interior e minerodependência do mercado de trabalho: uma comparação exploratória entre o Vale do Aço e a Bacia de Campos. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes/RJ, ano 16, n. 62, p. 23-31, 2019a. Disponível: <https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/boletins/boletim-abril-2019/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PASSOS, William Souza. Metropolização de interior e minerodependência no Sudeste: uma comparação exploratória da economia e do mercado de trabalho do Vale do Aço e da Bacia de Campos. **Espaço e Economia [Online]**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 15, 2019b. Disponível: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/7568>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PASSOS, William Souza; SOUZA, Joseane de; TERRA, Denise Cunha Tavares. A caracterização do processo de metropolização dos municípios petrolíferos da Bacia de Campos a partir dos dados dos censos demográficos 2000 e 2010. *In*: CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS, 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles INCT, 2018.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira. 2017. 560 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SARMENTO, Marcelo Peçanha. **Organização dos Municípios Produtores de Petróleo da Bacia de Campos – Ompetro: agência de desenvolvimento ou organização lobista?** Orientadora: Rosélia Piquet. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2012.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. Os municípios petrorrentistas fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, jan.-dez. 2006. p. 59-85.

SOUZA, Joseane de; TERRA, Denise Cunha Tavares. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana? **Cadernos Metrôpole**, v. 19, n. 40, p. 817-840, 2017.

TAVARES, Érica; SOUZA, Joseane de; SOUZA, Juliana. Apesar da expansão urbana no eixo Norte Fluminense, Censo 2022 confirma redução do crescimento populacional. **Artigos Semanais**, Rio de Janeiro, 20 jul. 2023. Disponível: <https://observatorionf.uenf.br/o-que-o-censo-2022-nos-revela-de-fato-sobre-a-realidade-do-eixo-norte-fluminense/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

UCAM-Campos. **Inforoyalties**. Base de dados elaborada e mantida pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da UCAM-Campos. Campos dos Goytacazes: Universidade Cândido Mendes, 2025. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em 13 mar. 2025.

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.